



SÃO PAULO

Universidades completam 2 meses de greve

Movimento foi deflagrado no dia 27 de maio e ainda não existe indicativo de reajustes nem mesmo reposição da inflação

Camila Maciel
Da Agência Brasil

Em greve há mais de dois meses, o retorno das atividades nas três universidades estaduais de São Paulo continua indefinido. A próxima reunião do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), que negocia com as entidades representativas, está marcada para o dia 3 de setembro. Associações de docentes e sindicatos de servidores da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade Estadual Paulista (Unesp) insistem na antecipação do encontro para provocar uma negociação que resulte em ganhos salariais.

O movimento foi deflagrado no dia 27 de maio, quando não havia indicativo de reajustes nem mesmo a reposição da inflação. De acordo com

a assessoria de imprensa do Creusp, a prorrogação da data-base ocorreu porque as universidades "estão enfrentando níveis de comprometimento do orçamento com a folha de pagamento que ultrapassam 90%, nível acima do recomendado para uma gestão responsável". O conselho destaca que a intenção é manter o poder aquisitivo dos salários, e, ao mesmo tempo, preservar o equilíbrio orçamentário-financeiro.

De acordo com o professor Ciro Correia, presidente da Associação dos Docentes da USP (Adusp), não houve avanço em relação à pauta de reivindicações. "O impasse continua e, por hora, não se tem um horizonte, por mais que a gente se empenhe, de ter uma interlocução efetiva que leve a um encaminhamento dessas graves questões de interesse da universidade e da sociedade", declarou. Ele informou

que as próximas assembleias ocorrerão no dia 7 de agosto. "É prematuro fazer qualquer projeção se a greve vai prosseguir ou se, por algum motivo, será suspensa", completou.

Correia coordena o Fórum dos Seis, que reúne os sindicatos das três instituições. Ele destaca que há uma pauta conjunta para garantir a isonomia entre as universidades, mas esse princípio vem sendo desrespeitado, por exemplo, por meio da concessão de benefícios. "Nos anos recentes, quem mais contribuiu para esse tipo de política, que não é fundamentada nos preceitos da administração pública, foram as últimas gestões da USP", avaliou. Isso ocorreu, por exemplo, com a proposição de reajuste no vale-alimentação dos funcionários da Unesp, que foi rejeitada; e a concessão de um abono aos trabalhadores da Unicamp, que está em análise.

O coordenador político do Sindicato dos Trabalhadores da Unesp, Alberto de Souza, avalia que a proposta de reajustar o benefício é uma forma de desmobilizar a categoria. "O vale aumentaria R\$ 250, mas, na pauta unificada, pouco se avançou. Queremos a isonomia dos benefícios", explicou. Os trabalhadores da Unicamp, por sua vez, decidiram negociar diretamente com a reitoria um abono de 5,2% equivalente a maio e setembro. "Uma vez que a universidade tem dito que a Unicamp tem condições de dar um reajuste nesse valor, essa foi a base tirada em assembleia, que devemos discutir", explicou Paulo César Centoducate, presidente da Associação dos Docentes da Unicamp.

A assessoria de imprensa da USP informou que 10% dos professores e trabalhadores aderiram ao movimento grevista. Disse também que o se-



Funcionários, professores e alunos protestam em frente ao portão principal da USP

gundo semestre do ano letivo começará no próximo dia 4. De acordo com a instituição, o primeiro semestre deveria ter se encerrado no dia 8 de julho, mas a maior parte das atividades não foi comprometida com o início da greve, no final de maio. Isso permite, segundo a USP, o retorno das aulas a partir de um novo período. A Unesp informou, por sua vez, que a paralisação atinge parcialmente 16 das 24 unida-

des, principalmente na área de graduação. A assessoria da Unicamp não atendeu os telefones disponíveis no site.

O Creusp informou que respeita o direito de greve, mas está adotando medidas legais para garantir a normalidade do ensino nas universidades. Quanto à reposição das atividades, o conselho disse que, após a greve, cada unidade será responsável por aprovar um novo calendário escolar.